

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
Atos do Prefeito

Lei nº 2979 de 16 de agosto de 2012.
Passa a denominar-se Rua Miguel Coelho a atual Rua 17, localizada no Loteamento Maravista – Maravista, Niterói.

A Câmara Municipal de Niterói Decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se Rua Miguel Coelho a atual Rua 17, localizada no Loteamento Maravista – Maravista, Niterói.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 16 de agosto de 2012.
Jorge Roberto Silveira – Prefeito
(Proj. Lei nº 39/2012 – Autor. Ver.: Gezivaldo Ribeiro de Freitas – Renatinho)

DECRETO Nº 11205/2012

O Prefeito Municipal de Niterói, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 8º, da Lei nº 2881/2011 de 29 de dezembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no valor global de R\$ 1.327.531,98 (Um milhão trezentos e vinte e sete mil, quinhentos e trinta e um reais e noventa e oito centavos), para reforço de dotações orçamentárias, na forma do Anexo.

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com os incisos I e III, § 1º do artigo 43, da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, na forma do Anexo.

Art. 3º - Em decorrência das disposições deste Decreto fica alterado, na forma do Anexo, o Quadro de Detalhamento de Despesa, estabelecido no Decreto nº11087, de 04 de janeiro de 2012.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 16 de agosto de 2012.
Jorge Roberto Silveira - Prefeito

CÓDIGOS				VALORES (R\$)	
Órgão/ Unidade	Programa de Trabalho	Despesa	FT	Suplementado	Compensado/ Cancelado
1052 - NELTUR	2781300172033	33903900	100	8.000,00	
1672 - FMAS	0812200012079	33903000	208	102.397,59	
1672 - FMAS	0812200012079	44905200	208	250.000,00	
2543 - F.SAÚDE	1030500522192	33903900	207	60.000,00	
4141 - FAN	1236100092247	33903900	100	120.000,00	
4261 - CLIN	1712200012262	33903000	203	160.176,65	
4261 - CLIN	1712200012262	33903900	203	295.000,00	
4261 - CLIN	1751200592276	33903900	100	326.957,74	
4261 - CLIN	1784609000962	33904700	203	5.000,00	
1000 - SEP	0412600012015	33903900	100		4.000,00
1000 - SEP	0412600012015	44905200	100		4.000,00
2543 - F.SAÚDE	1030500522192	33903000	207		60.000,00
4141 - FAN	1236100092252	33903000	100		50.000,00
4141 - FAN	1236100092252	33903600	100		20.000,00
4141 - FAN	1236100092252	44905200	100		50.000,00
4261 - CLIN	1712200012262	33903000	100		5.631,35
4261 - CLIN	1712200012262	33903600	100		822,00
4261 - CLIN	1712200012262	33903600	203		40.374,31
4261 - CLIN	1712200012262	33903900	100		55.105,06
4261 - CLIN	1712200012262	33904700	100		758,19
4261 - CLIN	1712200012262	33909300	203		48.988,00
4261 - CLIN	1712200012262	44905100	203		106.624,00
4261 - CLIN	1712200012279	33903000	100		71.903,01
4261 - CLIN	1712200012279	33903000	203		62.855,43
4261 - CLIN	1712200012279	33903900	100		1.190,00
4261 - CLIN	1712200012279	33903900	203		7.989,00
4261 - CLIN	1712200012279	44905200	100		1.164,00
4261 - CLIN	1712200012279	44905200	203		131.178,25
4261 - CLIN	1751200012278	33903000	100		822,00
4261 - CLIN	1751200012278	33903900	100		822,00
4261 - CLIN	1751200012278	44906100	100		822,00
4261 - CLIN	1751200592263	33903900	100		822,00
4261 - CLIN	1751200592266	33903900	100		822,00
4261 - CLIN	1751200592266	33909200	100		28.098,13
4261 - CLIN	1751200592273	33903900	100		822,00
4261 - CLIN	1751200592274	33903900	100		822,00

4261 - CLIN	1751200592275	33903900	100		822,00
4261 - CLIN	1751200592276	33903900	203		61.167,66
4261 - CLIN	1751200601113	33903000	100		822,00
4261 - CLIN	1751200601113	33903900	100		822,00
4261 - CLIN	1751200601113	44905200	100		822,00
4261 - CLIN	1751200601114	33903900	100		822,00
4261 - CLIN	1751200602264	33903900	100		822,00
4261 - CLIN	1751200602269	33903000	100		822,00
4261 - CLIN	1751200602269	33903900	100		822,00
4261 - CLIN	1751200602272	33903900	100		822,00
4261 - CLIN	1751200602280	33903900	100		822,00
4261 - CLIN	1751200612270	33903900	100		822,00
4261 - CLIN	1751200612271	33903900	100		822,00
4261 - CLIN	1751200612277	33903900	100		822,00
4261 - CLIN	1784609000960	31909100	100		45.200,00
4261 - CLIN	1784609000960	33909100	100		2.019,00
4261 - CLIN	1784609000960	33909100	203		1.000,00
4261 - CLIN	1784609000962	33904700	100		98.627,00
Superávit Financeiro de exercícios anteriores - Proveniente do Fundo Nacional de Assistência Social			208		352.397,59
TOTAL GERAL				1.327.531,98	1.327.531,98

NOTA:
FONTE 100 - RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOIRO MUNICIPAL
FONTE 203 - RECURSOS PRÓPRIOS
FONTE 207 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS
FONTE 208 - RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DECRETO Nº 11206/2012
Regulamenta o art. 30 da Lei nº 44/1975, que institui o regime de adiantamentos na Administração Pública Municipal.
O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO que o Decreto nº 10.030, de 10 de janeiro de 2007, que trata do mesmo assunto, tem se revelado insatisfatório na prática;
CONSIDERANDO que o critério nele estabelecido para concessão de adiantamentos não leva em conta as características dos diferentes órgãos/entidades, impondo limitações e restrições desnecessárias e não previstas na legislação, em especial na Lei nº 44/1975;
CONSIDERANDO que os dispositivos do referido regulamento acerca do número de adiantamentos possíveis para todos os órgãos/entidades, indistintamente, bem como dos prazos para sua aplicação e prestação de contas, têm suscitado dúvidas, criando dificuldades executivas e de controle;

DECRETA:

CAPÍTULO I
Da Concessão

Art. 1º - Sempre que houver necessidade de realização de despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aquisição de bens ou contratação de serviços, bem como à efetivação do pagamento por via bancária, poderá ser utilizada a sistemática de concessão de *adiantamento* a servidor, obedecidas as normas estabelecidas neste Decreto.

§ 1º - Adiantamento consiste na transferência de numerário do Município a servidor da administração direta, autárquica ou fundacional, bem como das empresas públicas e sociedades de economia mista.

§ 2º - Por ser medida de exceção, a concessão de adiantamentos deverá ser exercida com parcimônia e condicionada à apresentação de sólidas justificativas pelas unidades requisitantes.

Art. 2º - Só poderá ser concedido adiantamento com empenho prévio, e para as despesas assim denominadas:
I – Diligências policiais ou fiscais;
II – Miúdas e de pronto pagamento;
III – Eventuais de gabinete;
IV – Extraordinárias ou urgentes.

§ 1º - Os adiantamentos concedidos para as despesas classificadas no inciso II retro ficam limitados a 10 (dez) em cada exercício, por órgão ou entidade, limite este que só poderá ser ultrapassado com autorização expressa do Prefeito Municipal.

§ 2º - Um mesmo adiantamento poderá destinar-se à aquisição de material de consumo (ND 3.3.90.30) e à contratação de serviços em geral (ND 3.3.90.39), hipótese em que deverão ser emitidos os empenhos correspondentes.

§ 3º - Todas as despesas serão amparadas no art. 24, inciso II, da Lei nº 8666/93, e o valor máximo da concessão será de 50% (cinquenta por cento) do valor previsto no dispositivo em questão, obedecida ainda a tabela do art. 8º deste Decreto.

Art. 3º - São consideradas despesas “eventuais de gabinete” aquelas realizadas com recepções oficiais no âmbito da Coordenação de Cerimonial da Secretaria Executiva, incluindo ornamentação e refeições; tais despesas só poderão ser realizadas por outros órgãos ou entidades vinculadas à administração municipal se previamente autorizadas pelo Prefeito.

Art. 4º - As despesas “miúdas de pronto pagamento” compreendem as pequenas compras e serviços de pequeno vulto, discriminados a seguir:
a) postagem de correspondências;
b) despachos de pequenas encomendas;
c) fotocópias, despesas cartoriais e judiciais;
d) passagens municipais e intermunicipais;
e) aluguel de táxis e outros veículos;
f) pedágios e estacionamento, se onerosos;
g) lanches para serviços fora da Sede;
h) água mineral, café, açúcar e adoçantes sintéticos;
i) materiais não estocáveis ou de consumo eventual em escritório;

- j) pequenos reparos em máquinas e equipamentos de escritório, inclusive aquisição de peças e acessórios;
- k) materiais para pequenos reparos em móveis e instalações prediais;
- l) "baners", "folders" e outros impressos especiais;
- m) material fotográfico de consumo e revelação de filmes.

Art. 5º - São despesas "extraordinárias ou urgentes" aquelas que não permitem delongas em seu atendimento, caracterizadas por situações que possam ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, aplicando-se, por conseguinte, à contratação de obras ou serviços, bem como à aquisição de bens em geral.

Parágrafo único - Quando aplicadas em proveito de um patrimônio do Município, deverá ser indicado o respectivo número patrimonial ou, se for o caso, o título de propriedade.

Art. 6º - O pedido para a concessão de um adiantamento deverá utilizar o formulário próprio, que constitui o Anexo I a este Decreto, o qual conterá as seguintes informações:

- a) número e data do pedido;
- b) nome da unidade requisitante;
- c) valor do adiantamento;
- d) classificação orçamentária;
- e) finalidade;
- f) justificativa;
- g) nome, matrícula, cargo ou função do portador do adiantamento;
- h) prazo para aplicação, não superior a 60 (sessenta) dias;
- i) data e assinatura do titular da unidade requisitante;
- j) parecer do agente de orçamento.

§ 1º – Os pedidos de adiantamento deverão ser classificados na Natureza de Despesa compatível com a despesa a ser realizada, e ser encaminhado por correspondência ao titular da Unidade requisitante.

§ 2º - Entende-se por *portador do adiantamento* o servidor que o recebe e torna-se responsável por sua aplicação e prestação de contas.

Art. 7º - A autorização de adiantamento é de competência das seguintes autoridades:

- a) Prefeito;
- b) titulares de secretarias municipais ou órgãos equivalentes;
- c) titulares de autarquias, fundações e empresas vinculadas ao Município.

§ 1º - A competência prevista neste artigo poderá ser delegada a *ordenadores de despesas*, mediante ato expresso comunicado à autoridade financeira da Sede ou da entidade de origem.

§ 2º - O setor de Contabilidade inscreverá como responsáveis o portador do adiantamento e o titular do órgão requisitante, os quais só serão eximidos de responsabilidade após a aprovação da prestação de contas pelo ordenador de despesas.

§ 3º - A ordenação da despesa deverá ser precedida do preenchimento do Anexo II, que contém a *Declaração de Ciência e Submissão* das regras aplicáveis aos adiantamentos, já subscrita pelo futuro portador, e o demonstrativo intitulado "Adiantamentos Concedidos ao Órgão/Entidade no Exercício".

§ 4º - A ordenação de despesa dar-se-á nos moldes do Anexo III a este Decreto, devendo ser comunicada à autoridade financeira da Sede ou da entidade de origem.

Art. 8º - Os valores concedidos a título de adiantamento não poderão ultrapassar os indicados a seguir:

Características das Despesas	Valor (R\$)
Diligências policiais ou fiscais	1.000,00
Miúdas de pronto pagamento	2.000,00
Eventuais de Gabinete	4.000,00
Extraordinárias ou urgentes	4.000,00

Parágrafo único - Na hipótese de alteração do limite estabelecido no art. 24, inciso II, alínea "a", da Lei nº 8.666/93, ou do que venha a sucedê-la, também deverão ser tidos como alterados na mesma proporção, para mais ou para menos, os valores estabelecidos neste artigo.

Art. 9º - Não poderá ser concedido adiantamento:

- a) a servidor em alcance;
- b) a portador de 2(dois) adiantamentos a comprovar;
- c) a servidor que não esteja em exercício;
- d) ao próprio ordenador de despesas;
- e) ao responsável pelo pagamento do adiantamento;
- f) a servidor que esteja respondendo a inquérito administrativo.

Parágrafo único – São considerados em alcance os portadores de adiantamentos que não tenham apresentado a comprovação das despesas dentro do prazo, caso em que estarão sujeitos a tomada de contas.

CAPÍTULO II
Do Recebimento

Art. 10 - O recebimento do adiantamento processar-se-á, como regra geral, por meio de cheque nominativo a favor do portador, que providenciará seu depósito em conta, aberta em seu nome, em banco responsável pela movimentação financeira da Prefeitura ou entidade a esta vinculada.

Parágrafo único - A conta bancária assim aberta e o talão de cheques emitido para sua movimentação poderão ser utilizados para adiantamentos subsequentes concedidos ao mesmo portador.

Art. 11 - A Tesouraria pagadora remeterá a 1º via da Nota de Empenho à unidade administrativa requisitante, para sua entrega ao portador do adiantamento, com vistas a sua futura comprovação de despesas (prestação de contas), e restituirá o processo à Contabilidade.

Art. 12 - Caso haja necessidade de substituir o portador do adiantamento após o empenhamento, a unidade requisitante deverá resgatar o processo na Contabilidade e providenciar a necessária substituição, seguindo após os trâmites regulamentares.

CAPÍTULO III
Da Aplicação

Art. 13 - Os adiantamentos somente poderão ser aplicados no exercício financeiro em que forem concedidos e após o seu efetivo recebimento, cabendo ao ordenador de despesas fixar o prazo para a aplicação, que não poderá exceder 60 (sessenta) dias.

§ 1º - Antes de qualquer aquisição, deverá o portador do adiantamento certificar-se da inexistência ou indisponibilidade do bem em almoxarifado, e comprová-lo através de documento hábil emitido pelo Almoxarifado.

§ 2º - A aplicação do adiantamento não poderá fugir das condições e finalidades constantes do respectivo Pedido, só podendo ser a elas acrescidas eventuais despesas bancárias relacionadas com a movimentação da respectiva conta, se houver e não decorrer de falha do portador.

Art. 14 - Como regra geral, os pagamentos deverão ser feitos com cheques nominativos, podendo haver as exceções a que se refere o § 2º deste artigo.

§ 1º - Será adotado o regime de pronto pagamento de que se ocupa o art. 60, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, ou seja, todo pagamento será efetuado contra a entrega do bem ou serviço.

§ 2º - As despesas miúdas, para as quais não haja possibilidade de obtenção de comprovantes legais e cujo total não exceda 10% (dez por cento) do valor do adiantamento, serão relacionadas no documento único intitulado *Vale Como Recibo* (Anexo VI deste Decreto), sendo assinado pelo portador do adiantamento e visado pelo requisitante.

§ 3º - O percentual previsto no parágrafo acima poderá ser de até 100% para as despesas miúdas realizadas pela Procuradoria Geral do Município.

§ 4º - O prazo de aplicação a ser fixado pelo Ordenador de Despesas (Anexo III) não deverá exceder 60 (sessenta) dias.

Art. 15 - As notas fiscais deverão ser expedidas em nome da Prefeitura ou entidade a ela vinculada, devendo ser os recibos de pagamento passados nos mesmos, com a indicação do número e da data de emissão do cheque.

Parágrafo único – As exigências contidas no “caput” sobre identificação do comprador, recibo no comprovante e identificação do cheque, poderão ser dispensadas na hipótese de ser o documento emitido por caixa do fornecedor através de sistema informatizado.

Art. 16 - Os comprovantes de despesa deverão ser atestados em seu verso por 2 (dois) servidores de que o material foi recebido ou que o serviço foi prestado, e visados pelo Ordenador de Despesas.

§ 1º - Não se inclui nesta regra o comprovante intitulado *Vale Como Recibo*, exceto quanto ao visto do Ordenador de Despesas.

§ 2º - Não é permitida atestação pelo portador do adiantamento, nem pelo titular da unidade administrativa requisitante, exceto no caso do comprovante *Vale Como Recibo*.

§ 3º - Quando o comprovante de despesa não oferecer espaço suficiente para sua atestação em seu verso, poderá ser utilizado, com o mesmo fim, o espaço disponível na folha na qual tenha sido colado.

§ 4º - O último pagamento e o recolhimento do saldo do adiantamento não poderão ocorrer além do prazo estabelecido para sua aplicação.

Art. 17 - Caso algum cheque emitido não haja sido descontado quando da comprovação de despesas, tal fato deverá ser informado pelo portador.

Art. 18 - O saldo do adiantamento deverá ser recolhido aos cofres públicos através do banco credenciado, utilizando-se guia de recolhimento próprio, contendo:

- a) nome, matrícula, cargo ou função do portador;
- b) valor e data do recolhimento;
- c) classificação orçamentária da despesa;
- d) número do empenho.

Art. 19 - A autoridade requisitante, salvo convivência, não é responsável por prejuízos causados à Administração na utilização do adiantamento, decorrentes de atos praticados por agente subordinado que exorbitar das ordens recebidas.

CAPÍTULO IV
Da Comprovação

Art. 20 - O portador de adiantamento deverá apresentar a comprovação das despesas dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da última aplicação ou do recolhimento do saldo, se houver, sujeitando-se a tomada de contas se não o fizer.

Parágrafo único - Não é admitida a aplicação do adiantamento nem a comprovação das despesas em exercício subsequente ao de sua concessão.

Art. 21 - A comprovação da aplicação do adiantamento deverá constituir processo no órgão ou entidade de origem, e conter os seguintes documentos:

- a) formulário de apresentação nos moldes do Anexo IV a este Decreto, intitulado *Mapa Discriminativo das Despesas* com explicitação final do saldo a recolher;
- b) comprovante do depósito bancário;
- c) nos moldes do Anexo V, o *Mapa Discriminativo das Passagens*;
- d) 2ª via da nota de empenho;
- e) 1ª via de cada nota fiscal;
- f) nos moldes do Anexo VI, o *Vale Como Recibo*;
- g) comprovantes de recolhimento do saldo;
- h) extrato bancário;
- i) canhotos dos cheques utilizados e cheques inutilizados, se houver;
- j) comprovante de impedimento do portador, se for o caso.

Parágrafo Único – Quando necessário, utilizar no Anexo IV as iniciais VCR, de *Vale Como Recibo*, em substituição ao número da nota fiscal.

Art. 22 - Toda comprovação de adiantamento conterà os originais dos documentos, exceto da nota de empenho, que permanecerá anexada ao processo relativo ao pedido de adiantamento, devendo ser agrupados os documentos de acordo com a Natureza de Despesa.

Parágrafo único - Só serão admitidas as primeiras vias de documentos com datas posteriores à do recebimento do adiantamento.

Art. 23 - Não haverá ressarcimento ao portador de valor aplicado que exceder o do adiantamento que lhe haja sido concedido.

Art. 24 - Nenhum documento poderá ser substituído no processo de comprovação de despesa; quando sua retificação for impraticável, será ressalvada sua substituição no rodapé do documento substituído, não podendo este ser desentranhado do processo.

Art. 25 - A comprovação de despesas, na administração direta, deverá ser apresentada à autoridade requisitante depois de devidamente autuada no órgão de origem, após o que deverá ser encaminhada à Secretaria Municipal de Fazenda para que lhe seja apensado o pedido de adiantamento, e, por fim, à Controladoria Geral do Município - CGM para análise e quitação pelo Departamento de Auditoria.

§ 1º - As despesas com passagens deverão ser demonstradas através do preenchimento do formulário próprio, que constitui o Anexo VI a este Decreto.

§ 2º - A atestação de despesas com aquisição de peças e acessórios para equipamentos de escritório, bem como as referentes a serviços neles realizados, deverá identificá-los através dos respectivos números patrimoniais.

§ 3º - Constatada qualquer falha ou irregularidade, o Controle Interno Central, representado pela CGM, devolverá o processo ao portador do adiantamento, que terá o prazo improrrogável de 10 (dez) dias para sua regularização.

§ 4º - Se as falhas ou irregularidades não forem sanadas no prazo estabelecido, deverão ser adotados os procedimentos estabelecidos no art. 30 deste Decreto.

§ 5º - As despesas sem comprovantes hábeis serão glosadas em seu valor total.

§ 6º - Outras irregularidades eventualmente apuradas ficarão sujeitas a uma multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do adiantamento.

§ 7º - No caso de afastamento prolongado ou definitivo do portador de um adiantamento em aberto, o titular da unidade orçamentária comunicará o fato a quem de direito, a fim de que sejam bloqueados eventuais créditos do mesmo até que seja aprovada sua comprovação de despesas.

§ 8º - A CGM, através de seu Departamento de Auditoria, disporá de 25 (vinte e cinco) dias para exame da comprovação de despesas e emissão de parecer, não se computando o tempo eventualmente necessário ao cumprimento de exigências, emitirá a *Guia de Quitação* e a incorporará ao processo, seguindo este os passos indicados nas alíneas subsequentes:

- a) será despachado para o órgão de origem para ciência de seu titular, do ordenador de despesas, do responsável pelo Controle Interno, do titular da unidade requisitante e do portador do adiantamento, podendo este retirar a Guia mediante recibo;
- b) seguirá para o setor competente de Contabilidade da Secretaria Municipal de Fazenda a fim de ser feita a devida escrituração e dada a baixa dos responsáveis, no caso o portador do adiantamento e o titular da unidade requisitante, onde deverá ser arquivado.

Art. 26 - Se a comprovação de despesa não for apresentada dentro do prazo estabelecido neste Decreto, o Controle Interno Setorial comunicará o fato à CGM se tal irregularidade não for saneada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data-limite para prestação de contas, a fim de que seja instaurada tomada de contas.

Parágrafo único - O portador do adiantamento ficará sujeito às penalidades legais, de acordo com o que vier a ser apurado na tomada de contas.

Art. 27 - A comprovação de despesas, no caso de autarquias, fundações e empresas, seguirá as mesmas regras estabelecidas nos artigos precedentes, exceto no que se refere à tramitação do processo e à prestação de contas, que deverá observar o disposto nos parágrafos subsequentes.

§ 1º - O processo de comprovação deverá ser apreciado pelo responsável pelo Controle Interno Setorial, que terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para encaminhá-lo à Contabilidade da entidade.

§ 2º - Na hipótese de ocorrência de falhas ou irregularidades, caberá ao próprio Controle Interno Setorial tomar medidas semelhantes às indicadas nos §§ 3º e 4º do art. 25 aplicáveis à administração direta, em que a CGM é substituída pela Contabilidade acima referida.

Art. 28 - Caso não seja apurada irregularidade alguma na comprovação, a CGM, através de seu Departamento de Auditoria, emitirá a Guia de Quitação e a incorporará ao processo, seguindo estes passos análogos aos indicados no art. 25, § 8º, alíneas “a” e “b”, deste Decreto.

Parágrafo Único – Na hipótese de autarquias, fundações e empresas, caberá à Contabilidade própria analisar a prestação de contas e emitir a Guia de Quitação.

Art. 29 - Considera-se interrompida, para todos os efeitos, a aplicação do adiantamento por impedimento de seu portador.

§ 1º - O impedimento poderá decorrer de força maior ou do afastamento provisório da função pública, devidamente comprovado por meio hábil.

§ 2º - Entende-se como interrompida a aplicação que deixar de ser efetuada por impedimento do portador, definitivo ou provisório, que exceda o prazo de aplicação do adiantamento.

§ 3º - No caso do parágrafo anterior, caberá à autoridade requisitante promover o recolhimento do saldo, se houver, e a comprovação do adiantamento.

§ 4º - O processo de comprovação deverá ser instruído com documento comprobatório da ocorrência dos fatos previstos no § 1º deste artigo.

Art. 30 – Se resultar infrutífera a tentativa de saneamento do processo junto ao portador do adiantamento e/ou ao titular do órgão/entidade requisitante, deverão ser adotadas providências na sequência abaixo indicada:

a) a CGM ou Contabilidade da entidade proporá ao ordenador de despesas a impugnação da comprovação das despesas;

b) uma vez impugnada a comprovação através de despacho no processo, este seguirá para a CGM;

c) ao tomar conhecimento da impugnação, a CGM determinará a abertura de tomada de contas, devendo esta ser concluída dentro do prazo de 30 (trinta) dias;

d) concluída a tomada de contas, o processo deverá ser remetido para o setor de Contabilidade do órgão/entidade a que pertencer a unidade administrativa requisitante do adiantamento, para a devida escrituração contábil em tempo hábil;

e) finalmente, por intermédio do Prefeito Municipal, o processo deverá ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar do conhecimento da impugnação pela CGM.

Art. 31 - Para análise da comprovação de despesas, é obrigatório o preenchimento do Anexo VII a este Decreto.

Art. 32 - Ficam aprovados os modelos apresentados como Anexos I a VII deste Decreto, a saber:

- ANEXO I – Pedido de Adiantamento
- ANEXO II – Declaração de Ciência e Submissão/
Adiantamentos Já Concedidos no Exercício
- ANEXO III – Ordenação de Despesas
- ANEXO IV – Mapa Discriminativo das Despesas
- ANEXO V – Mapa Discriminativo das Passagens
- ANEXO VI – Vale Como Recibo
- ANEXO VII – Exame da Comprovação de Despesas

Art. 33 – Os adiantamentos concedidos anteriormente à vigência deste regulamento seguirão às regras estabelecidas no Decreto nº 10.030/2007 para a etapa de recebimento, aplicação e comprovação.

Art. 34 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial do Decreto nº 10.030, de 10 de janeiro de 2007.

Prefeitura Municipal de Niterói, 16 de agosto de 2012.

Jorge Roberto Silveira - Prefeito

ANEXO I

PEDIDO DE ADIANTAMENTO	
(Art. 6º)	
UNIDADE REQUISITANTE: _____	
PEDIDO Nº: _____	DATA: ____/____/____
Valor: R\$ _____ (_____)	
Finalidade: _____	
Classificação Orçamentária: PT	
Código de Despesa: _____	Fonte: _____
Tipo de Despesa (Art. 2º do Decreto): _____	
Prazo Previsto para Aplicação: _____ (_____) dias	
Portador: Nome/Mat. - _____	
Cargo ou Função - _____	
Justificativa: _____	
Ao Setor de Orçamento/Contabilidade,	
Informar sobre a viabilidade de atendimento de proposta supra do ponto de vista orçamentário	
e da situação do portador, e, em caso positivo, registrar. Devolver em caso contrário.	
Em ____/____/____	
Titular da Unidade Requisitante:	
Nome/Mat. - _____	
Cargo ou Função - _____	

Ao Ordenador de Despesas,	
1. O saldo orçamentário comporta a despesa.	
2. Não há pendência quanto ao portador proposto.	
Em ____/____/____	
Titular Orçamento/Contabilidade:	
Nome/Mat. -	
Cargo ou Função -	

ANEXO II
(Art. 7º / § 3º)

I- DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E SUBMISSÃO

Declaramos, na qualidade de futuros responsáveis pelo adiantamento ora solicitado através deste processo, que temos pleno conhecimento dos termos do Decreto nº ____/____, submetendo-nos às penalidades nele previstas em caso de descumprimento dos mesmos.

Em: ____/____/____

Portador do Adiantamento	Ordenador de Despesas
Nome:	Nome:
Matrícula:	Matrícula:

II - ADIANTAMENTOS JÁ CONCEDIDOS AO ÓRGÃO/ENTIDADE NO CORRENTE EXERCÍCIO

Processos (Nº)		Valores Concedidos (R\$)		Classificação da Despesa (*)
Pedido	Comprovação	Do Adiant.	Acumulado	

(*) Indicar o inciso do art. 2º

Em: ____/____/____

Setor de Contabilidade	Resp. Controle Interno
Nome:	Nome:
Matrícula:	Matrícula:

ANEXO III
ORDENAÇÃO DE DESPESAS
(Art. 7º / § 4º)

ORDENO a despesa no valor de R\$_____ (_____) a título de adiantamento a ser concedido a servidor, nos termos do Decreto nº ____/2010, conforme especificações a seguir:

Finalidade: _____

Portador/Mat.: _____

- Tipo de Despesas:
- ☐ Diligências policiais ou fiscais
 - ☐ Miúdas de pronto pagamento
 - ☐ Eventuais de gabinete
 - ☐ Extraordinárias ou urgentes

Prazo para Aplicação: _____ (_____) dias

Ordenador de Despesas:

Nome/Mat.: - _____

Cargo/Função - _____

Em: ____/____/____

Ordenador de Despesas

Observações:

1) o prazo de aplicação a ser fixado não poderá exceder 60 (sessenta) dias;

2) se o Ordenador o for por delegação de competência, deverá ser indicado o respectivo ato de designação.

ANEXO IV

[illegible]

Anexo V

MAPA DISCRIMINATIVO DAS PASSAGENS
(COM COMPROVANTES)
(Art. 21 /Alínea c)

VALOR DO CHEQUE: R\$ _____

IDENTIFICAÇÃO DO CHEQUE: _____

DATA DA RETIRADA: _____

FUNCIONÁRIO QUE EFETUOU A RETIRADA: _____

Itinerário	Data	Valor (R\$)	Meio de Transporte	Usuário do Serviço
Total Utilizado			Assinatura do Portador	
Total Devolvido				

ANEXO V

[illegible]

ANEXO VI

EXAME DA COMPROVAÇÃO DAS DESPESAS (Art. 32)

I. Dados do Portador

Nome: _____

Cargo: _____ Matr. _____

Lotação:

II. Dados do Adiantamento

Valor: R\$ N° do Empenho:

Data do Recebimento: / / Data da Comprovação: / /

Data da Última Aplicação ou do Recolhimento do Saldo: / /

III. Observância dos Prazos Regulamentares

a) quanto à aplicação Sim ☐ Não ☐

b) quanto ao recolhimento do saldo Sim ☐ Não ☐

c) quanto à comprovação Sim ☐ Não ☐

IV. Análise dos Comprovant

- a) foram anexadas as 1^{as} vias? Sim Não
- b) estão corretamente atestados? Sim Não
- c) respeitada a finalidade do adiantamento Sim Não
- d) seu montante confere com o declarado? Sim Não

V. Anexação de Documentos Complementares

- a) nota de empenho (2ª via)? Sim Não
- b) comprovante de depósito bancário? Sim Não
- c) Mapa Discriminativo das Despesas? Sim Não
- d) Mapa Discriminativo das Passagens? Sim Não
- e) canhotos dos cheques emitidos? Sim Não
- f) cheques inutilizados? Sim Não
- g) guia de recolhimento do saldo? Sim Não

VI. Outras Formalidades

Foram observadas as demais regras aplicáveis ao uso de adiantamento

Sim Não

VII. Observações/Justificativa para Impugnação

CONCLUSÃO

A comprovação em causa foi examinada por este Departamento:

1º Hipótese

Não foi apurada irregularidade alguma, razão pela qual foi emitida e incorporada ao processo a Guia de Quitação.
Sugerimos o retorno deste processo ao órgão/entidade de origem para as medidas indicadas no art. 25, §8º, alíneas “a” e “b”, deste Decreto.

2º Hipótese

Apurada(s) irregularidade(s) / falha(s) insanável(eis), razão(ões) pela(s) qual(is) sugerimos que a comprovação seja IMPUGNADA.
Sugerimos o retorno deste processo ao órgão/entidade de origem, com vistas ao ordenador de despesas, para que sejam adotadas as providências indicadas no art. 30 deste Decreto.

Ao

- Titular da CGM Titular da Entidade

Em ____/____/____

Departamento de Auditoria

Contabilidade da Entidade

Ao (À)

(_____)

Intear-se do parecer retro e dar sequência, observando os termos supracitados deste Decreto, conforme a hipótese selecionada.

Em ____/____/____

- CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO
TITULAR DA ENTIDADE

Portarias

Torna insubsistente a Portaria nº 1189/2012, publicada em 02 de agosto de 2012 (Portaria nº 1274/2012).

Torna insubsistente a Portaria nº 1256/2012, publicada em 16 de agosto de 2012 (Portaria nº 1275/2012).

Torna insubsistentes as Portarias nºs 1246 e 1247/2012, publicadas em 15 de agosto de 2012 (Portaria nº 1276/2012).

Exonera, a pedido, a contar de 26.07.2012, **Thaysa Maria Ribeiro Garcia**, matrícula nº 237.836-2, do cargo de Psicólogos, nível NS-1, ref. ao proc. nº 20/2782/2012 (Portaria nº 1277/2012).

Aposenta **Tania Regina de Souza Motta**, Oficial Administrativo, nível 04, categoria IV, matrícula nº 220.744-7, ref. ao proc. nº 20/42/2012 (Portaria nº 1278/2012).

Aposenta **Jaime Jesus dos Santos**, Operador de Máquinas Pesadas, nível 05, matrícula nº 220.984-5, ref. ao proc. nº 20/804/2012 (Portaria nº 1279/2012).

Despacho do Prefeito

Processo nº 10/71/2012 - Autorizo

Corrigendas

Na Portaria nº 1253/2012, publicada em 16/08/2012, inclua-se: a contar de 01 de agosto de 2012.

Na Portaria nº 1257/2012, publicada em 16/08/2012, inclua-se: a contar de 02 de agosto de 2012.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRAÇÃO

Ato da Secretária

Portaria

Designa Francisco Jorge Vieira Freitas, Luiz Antonio da Silva e Francisco Lemos Barbosa para constituírem Comissão de Inquérito Administrativo Disciplinar, em que é indiciado o servidor Sergio Vieira Maia, matrícula nº 435.547-5, ref. proc. nº 200/17462/2009 (Portaria nº 138/2012).

Comissão de Inquérito Administrativo Disciplinar

Portaria nº 137/2012 – Processo nº 210/2987/2012

Para secretária-ia, a Presidente designou Rousemar Castilho de Mello.

Subsecretaria de Gestão de Pessoal e de Pagamento

Despacho da Secretária

Cancelamento de Descontos – Deferido

20/2888/2012 – Guilherme Chapeta Amoy de Barros

Fixação de Proventos

Ficam fixados os proventos do servidor Manoel Francisco Ribeiro, aposentado no cargo de Trabalhador, nível 01, matricula nº 216.693-2, pela Portaria nº 1267 de 15 de agosto de 2012, ref. proc. nº 20/2080/2012.

Ficam fixados os proventos do servidor Aldir Irineu de Oliveira, aposentado no cargo de Trabalhador, nível 01, matrícula nº 221.064-9, pela Portaria nº 1268 de 15 de agosto de 2012, ref. proc. nº 20/4926/2011.

Ficam fixados os proventos do servidor Miguel Couto Trindade de Aguiar, aposentado no cargo de Administrador, nível 05, categoria VI, matrícula nº 218.224-4, pela Portaria nº 1269 de 15 de agosto de 2012, ref. proc. nº 20/1838/2012.

Ficam fixados os proventos do servidor Gerci Mendes, aposentado no cargo de Trabalhador, nível 01, matrícula nº 222.195-0, pela Portaria nº 1270 de 15 de agosto de 2012, ref. proc. nº 20/1674/2012.

Ficam fixados os proventos do servidor Francisco Carlos da Rocha de Souza, aposentado no cargo de Fiscal de Sistema Viário, nível 06, matrícula nº 214.943-5, pela Portaria nº 1271 de 15 de agosto de 2012, ref. proc. nº 20/1944/2012.

Ficam fixados os proventos do servidor Cezario Rodrigues da Costa, aposentado no cargo de Trabalhador, nível 01, matrícula nº 222.705-6, pela Portaria nº 1272 de 15 de agosto de 2012, ref. proc. nº 20/1588/2012.

Ficam fixados os proventos do servidor Jose Carlos Rimes, aposentado no cargo de Trabalhador, nível 01, matrícula nº 222.127-3, pela Portaria nº 1273 de 15 de agosto de 2012, ref. proc. nº 20/1389/2012.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Despacho da Secretária

30/60395/10 – Sociedade Educacional Salgado de Oliveira Ltda. – Homologo a decisão do Conselho de Contribuintes e, em especial, com esteio no voto do relator, como fundamentação integrante desta decisão, de acordo com o que preceitua o art. 40 do Decreto nº 10487/09 para cancelar o Auto de Infração nº 01124/10 de 05/05/2010.

Superintendência de Fiscalização de Tributos
Despacho do Superintendente
Suspensão de Ofício de Inscrição Cadastral
Edital

30/027120/2011 – O Superintende de Fiscalização de Tributos torna público que, nos termos do art. 13 § 3º, do Decreto nº 10316/08, fica provisoriamente suspensa do Cadastro de Contribuintes de Tributos Mobiliários de Niterói (CCTM) a inscrição do contribuinte abaixo indicada. O interessado dispõe do prazo de 30 dias, a contar desta data, para impugnação da decisão que motivou a suspensão.

Inscrição Nome do Contribuinte
097847-8 Veterinária Nobrega Ltda.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, TRÂNSITO E TRANSPORTES
Atos do Secretário

Portarias

Institui área para carga e descarga de obra sentido longitudinal, sito a Rua Cel. Moreira César, 251, bairro Icaraí, lado esquerdo de circulação de veículos de 2ª a 6ª feira, no horário de 07h às 17h. Validade vinculada ao término da obra, conforme proc. nº 40/5931/2012 (Portaria nº309/2012).

Interdita o tráfego de veículos na R. Maria Martinha Carreiro, no bairro Santa Bárbara, dia 17/08/2012, das 14h às 21h, para realização de evento social, "Festa da Roça", proc. nº 40/704014/2012 (Portaria nº 323/2012).

Interdita o tráfego de veículos na R. Dr. João Leitão, no bairro Charitas, para realização de evento social, "Festa do Coroné Tiburcio", de 06 a 08/09/2012, das 20h às 03h e dia 09/09/2012, das 20h às 24h, proc. nº 720/38/2012 (Portaria nº 324/2012).

Interdita o tráfego de veículos na R. Magnólia Brasil, trecho compreendido entre as ruas Airosa Galvão e Carlos Maximiano, no bairro Fonseca, dia 07/09/2012, das 14h às 24h, para realização de evento social, "Comemoração à Semana da Pátria", proc. nº 530/1617/2012 (Portaria nº 325/2012).

Interdita o tráfego de veículos na R. Silveira da Motta, trecho compreendido entre as ruas Ver. Américo Vaz e Lino Passos, no bairro São Lourenço, dias 17 e 18/08/2012, das 18h às 03h e dia 19/08/2012, das 12h às 24h, para realização de evento social, "Festa Agostina", proc. nº 530/1540/2012 (Portaria nº 326/2012).

Autoriza a interdição, parcial, do trânsito de veículos, para realização de evento religioso, "Procissão de Santa Teresinha do Menino Jesus", no dia 29/09/2012, entre 16h e 18h, ao longo de seu trajeto, formado pela Estr. Velha de Maricá, no trecho compreendido entre a Trav. Elvira de Oliveira e a R. Pirenópolis, proc. nº 530/1569/2012 (Portaria nº 327/2012).

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E DE CONTROLE URBANO
Departamento de Fiscalização de Posturas
Edital de Embargo nº 04/2012

Processo nº 160/377/2012 – Tendo em vista o que dispõe o art. 461 da Lei nº 2624/08, fica embargado o funcionamento do estabelecimento comercial, industrial ou prestador de serviço realizado por Poize Bar e Restaurante Ltda. Me, Estrada Caetano Monteiro, 567/105, Bairro Pendotiba, Niterói, CNPJ: 13.326.899/0001-89, Inscrição Municipal nº 155002-9.

Edital de Interdição nº 04/2012

Processo nº 130/85/2012 – Tendo em vista o que dispõe o art. 452 da Lei nº 2624/08, fica interditado o funcionamento do estabelecimento comercial, industrial ou prestador de serviço realizado por José Orlando da Coste Fortunado, Rua Fernandes Couto, 97, bairro Cachoeira, Niterói, IPTU: 0257311.

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
Fundo Municipal de Urbanização, Habitação e Regularização Fundiária – FUHAB
Atos do Presidente

INSTRUMENTO: Ratificação de Dispensa de Licitação. PARTES: FUHAB e SHOP PRINT REPROGRAFIA DIGITAL LTDA. OBJETO: Serviços de plotagens, impressões digitais, encardenações e cópias especiais. VALOR ESTIMADO: R\$ 14.930,00 (quatorze mil, novecentos e trinta reais). FUNDAMENTO: Artigo 24, inciso I, da Lei 8666/93. DATA: 13/08/12. Proc. Proc. SMU Nº 080/4302/12. Cristina Monnerat – Presidente do FUHAB – Atesto a veracidade dos dados acima. Niterói, 15 de agosto de 2012.
INSTRUMENTO: Ratificação de Dispensa de Licitação. PARTES: FUHAB e BRG Informática. OBJETO: Locação e manutenção dos sistemas orçamentários, financeiro e contábil para prestação de contas do FUHAB. VALOR ESTIMADO: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais). FUNDAMENTO: Artigo 24, inciso I da Lei 8666/93. DATA: 13/08/12. Proc.SMU Nº 080/4301/12. Cristina Monnerat – Presidente do FUHAB – Atesto a veracidade dos dados acima. Niterói, 15 de agosto de 2012.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Coordenadoria de Serviço Funerário

Processo Deferido Nº 60/ 434, 443, 469, 505, 506, 509, 510, 511, 513, 517, 518, 519, 524, 525, 526, 527, 528, 531, 533, 534/2012.

FUNDAÇÃO MUNICIAL DE SAÚDE
VICE-PRESIDÊNCIA DE ATENÇÃO COLETIVA, AMBULATORIAL E DA FAMÍLIA
Departamento de Vigilância Sanitária e Controle de Zoonoses

O Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária e Controle de Zoonoses no uso de suas atribuições legais e tendo a delegação de competência das ações de

Vigilância Sanitária conferidas pela Lei 2564/08 que dispõe sobre o Código Sanitário do Município de Niterói, resolve conceder:
Os abaixo mencionados, após Autuação, deixaram de receber e/ou assinar os Autos.
AUTOS DE MULTA: CI 66 –
Michele da Costa Silva: Rua Des. Nestor R. Perlingeiro 881 - Santa Bárbara – Niterói Rj; Deixou de Receber o **Auto de Multa Nº 0982 Datado 01/06/12:**
Marfan Cavalcante de Magalhães: Rua General Rondon 15 – S. Francisco – Niterói Rj; Deixou de Receber o **Auto de Multa Nº 0766 Datado 21/01/12:**
Gustavo Drumond Francklin Junior: Trav. Manoel Benicio 14 - Fonseca - Niterói Rj; Deixou de Receber o **Auto de Multa Nº 0942 Datado 02/05/12:**
Jaime Rosemburg Freire: Rua Des. Lima Castro 12 loja 22 – Fonseca – Niterói Rj; Deixou de Receber o **Auto de Multa Nº 0941 Datado 02/05/12:**
Fernanda da Costa Aguiar: Alameda São Boa Ventura 840 – Fonseca – Niterói Rj; Deixou de Receber o **Auto de Multa Nº 0954 Datado 02/05/12;**
Pousada Geriátrica Alegria de Viver Ltda-Me: Rua Des. Lima Castro 135 – Fonseca Niterói Rj; Deixou de Receber o **Auto de Multa Nº 00439 Datado 22/08/12:**
Farmácia Ebenezer da Alameda Ltda: Alameda São Boa Ventura 1050 – Fonseca – Niterói Rj; Deixou de Receber o **Auto de Multa Nº 01010 Datado 05/07/12:**
Docelar Repouso para Idosos Ltda: Alameda São Boa Ventura 499 – Fonseca Niterói Rj; Deixou de Receber o **Auto de Multa Nº 0618 Datado 30/01/12:**
Farmácia TR Ltda: Alameda São Boa Ventura 277 – Fonseca – Niterói Rj; Deixou de Receber o **Auto de Multa Nº 0623 Datado 27/01/12:**
Fuji Comércio de Alimentos Ltda: Alameda São Boa Ventura 875 – Fonseca – Niterói Rj; Deixou de Receber o **Auto de Multa Nº 00545 Datado 08/11/11:**
Marchito Drogaria Ltda: Alameda São Boa Ventura 650 - Fonseca – Niterói Rj; Deixou de Receber o **Auto de Multa Nº 0619 Datado 27/01/12:**
Eral Comécio de Material Hospitalar Ltda-Me: Rua Prof. João Brasil 417 - Fonseca Niterói Rj; Deixou de Receber o **Auto de Multa Nº 00542 Datado 08/11/11:**
Mercadinho Jardim de Santo Antonio Ltda: Rua Prof. João Brasil 2480 – Fonseca – Niterói Rj; Deixou de Receber o **Auto de Multa Nº 00535 Datado 08/11/12:**
J L Sacolão Sabor da Terra Ltda: Rua Leite Ribeiro 07 - Fonseca – Niterói Rj; Deixou de Receber o **Auto de Multa Nº 00529 Datado 08/11/11:**
Perola do Atlântico Marcearia Bazar Ltda: Rua Des. Lima Castro 150 loja 01 – Fonseca – Niterói Rj; Deixou de Receber o **Auto de Multa Nº 00525 Datado 08/11/11:**
Nit Pet Com. Animais Vivos Art. E Alimentos para Animais Ltda: Alameda São Boa Ventura 1045 – lojas 03 e 04 – Fonseca – Niterói Rj; Deixou de Receber o **Auto de Multa Nº 0725 Datado 23/03/12:**
Drogaria da Ponte Ltda: Alameda São Boa Ventura 553 loja 01 – Fonseca – Niterói Rj; Deixou de Receber o **Auto de Multa Nº 00599 Datado 08/11/11:**
Marchito Drogaria Ltda; Alameda São Boa Ventura 650 - Fonseca – Niterói Rj; Deixou de Receber o **Auto de Multa Nº 0993 Datado 01/06/12:**
Marchito Drogaria Ltda: Alameda São Boa Ventura 650 – Fonseca – Niterói Rj; Deixou de Receber o **Auto de Multa Nº 01001 Datado 01/06/12:**
Gran Sapore do Brasil S.A: Rua Eng. João Goulart 40 – Ilha da Conceição – Niterói Rj; Deixou de Receber o **Auto de Multa Nº 0818 Datado 16/01/12:**
Marchito Drogaria Ltda: Alameda São Boa Ventura 650 – Fonseca Niterói Rj; Alameda São Boa Ventura 650 – Fonseca – Niterói Rj; Deixou de Receber o **Auto de Multa Nº 0620 Datado 27/01/12:**
Creche Escola Andrade Torres Ltda: Trav. São Feliciano 34 - Fonseca – Niterói Rj; Deixou de Receber o **Auto de Multa Nº 00506 Datado 08/12/11:**
Cellecta - Lab. de Análises Clínicas Ltda: Alameda São Boa Ventura 537 – Fonseca Niterói Rj; Deixou de Receber o **Auto de Multa Nº 00435 Datado 22/09/11:**
Cellecta – Laboratório de Análises Clínicas Ltda: Alameda São Boa Ventura 527 – Fonseca Niterói Rj; Deixou de Receber o **Auto de Multa Nº 00446 Datado 22/08/12:**
Cellecta Laboratório; Alameda São Boa Ventura 527 – Fonseca – Niterói Rj; Deixou de Receber o **Auto de Multa Nº 0999 Datado 01/06/12:**
Cellecta – Laboratório de Análises Clínicas Ltda: Alameda São Boa Ventura 527 – Fonseca Niterói Rj; Deixou de Receber o **Auto de Multa Nº 00441 Datado 22/09/11:**
Nova Blasina Pássaros Ltda-Me; Alameda São Boa Ventura 675 loja B Fonseca – Niterói Rj; Deixou de Receber o **Auto de Multa Nº 0866 Datado 20/04/12:**
Bazar A. M. A Ltda Me: Rua Des. Lima Castro 12/22 loja 01 – Fonseca – Niterói Rj; Deixou de Receber o **Auto de Multa Nº 0724 Datado 23/03/12:**
Gac Distribuidora de Alimentos e Bebidas: Rua 22 de Novembro 375 – Fonseca – Niterói Rj; Deixou de Receber o **Auto de Multa Nº 0901 Datado 13/03/12:**
Educação Infantil Moraes Marques Ltda: Rua 22 de Nobembro 95 – Fonseca – Niterói Rj; Deixou de Receber o **Auto de Multa Nº 00497 Datado 17/11/12:**
Drogaria Muridrogas do Fonseca Ltda: Alameda São Boa Ventura 974 – Fonseca – Niterói Rj; Deixou de Receber o **Auto de Multa Nº 00509 Datado 09/12/11:**
INDEFERIMENTO:
Drogaria Muridrogas do Fonseca Ltda: Alameda São Boa Ventura 974 – Fonseca – Niterói Rj; Ficou decidido o **Indeferimento referente ao processo Nº 200/31206/11:**
Educação Infantil Moraes Marques Ltda-Me; Rua 222 de Novembro 95 – Fonseca – Niterói Rj; Ficou decidido o **Indeferimento referente ao processo Nº 200/30650/11:**
Bazar A. M. Ltda Me: Des. Lima Castro 12/22 loja 01 – Fonseca – Niterói Rj; Ficou decidido o **Indeferimento referente ao processo Nº 200/30192/12:**
Nova Blasina Pássaros Ltda-Me; Alameda São Boa Ventrura 675 – Fonseca – Niterói Rj; Ficou decidido o **Indeferimento referente ao processo Nº 200/31280/12:**
Creche Escola Andrade Torres Ltda: Trav. São Feliciano 34 – Fonseca – NITERÓI Rj; Ficou decidido o **Indeferimento referente ao processo Nº 200/30812/11:**
Marchito Drogaria Ltda; Alameda São Boa Ventura 650 – Fonseca – Niterói Rj; Ficou decidido o **Indeferimento referente ao processo Nº 200/31675/11:**
Mauro Lucio Costa Pereira Sacolão Me: Rua General Castrioto 515/01 – Barreto – Niterói Rj; Ficou decidido o **Indeferimento referente ao processo Nº 200/7789/11:**
Nit Pet Comércio de Animais Vivos, Artigos e Alimentos para Animais Ltda: Alameda São Boa Ventura 1045 lojas 03 e 04 – Fonseca – Niterói Rj; Ficou decidido o **Indeferimento referente ao processo Nº 200/30240/12;**
Antonio Teixeira Bastos: Trav. Cândida 01 – Fonseca – Niterói Rj; Ficou decidido o **Indeferimento referente ao processo Nº 200/30227/11:**
OFS RJ Ltda: Av. AmaralPeixoto 36 lojas 01 e 02 – Centro – Niterói Rj; Ficou decidido o **Indeferimento referente ao processo Nº 200/34572/12:**
Farmácia T R Ltda: Alameda São Boa Ventura 277 – Fonseca – Niterói Rj; Ficou decidido o **Indeferimento referente ao processo Nº 200/31619/11:**
Docelar Repouso para Idosos Ltda: Alameda São Boa Ventura 499 – Fonseca – Niterói Rj; Ficou decidido o **Indeferimento referente ao processo Nº 200/31408/11:**
Farmácia Ebenezer da Alameda Ltda; Alameda São Boa Ventura 1050 – Fonseca – Niterói Rj; Ficou decidido o **Indeferimento referente ao processo Nº 200/34164/12:**
Espaço Wellness Conviver Ltda: Rua Leite Ribeiro 43 - Fonseca - Niterói Rj; Ficou decidido o **Indeferimento referente ao processo Nº 200/30599/11:**
DEFERIMENTO:
Moema Ribeiro de Almeida: Trav. São Feliciano 79 – Fonseca – Niterói Rj; Ficou decidido o **Deferimento referente ao processo Nº 200/30918/11:**
Marchito Drogaria Ltda: Alameda São Boa Ventura 650 – Fonseca – Niterói Rj; Ficou decidido o **Deferimento referente ao processo Nº 200/31674/11:**
Cancelamento:

Barradas Social Clube: Rua Gal. Castrioto 19 - Barreto - Niterói RJ: Ficou decidido o **Cancelamento dos Autos de Infração Nº 6362 E 6363:** Perola do Atlântico Merceria e Bazar Ltda; Rua Des. Lima Castro 150 loja 01 – Fonseca – Niterói RJ; Ficou decidido o **Cancelamento do Auto de Infração Nº 7362:**

TERMO DE ADVERTENCIA:

Fica Advertido “Moema Ribeiro de Almeida” sito a Trav. São Feliciano 79 – Fonseca – Niterói RJ; pelo Auto de Infração Nº 2090 Datado 16/05/11: pelo fato “de não cumprir o Termo de Intimação Nº 106286 DE 18/10/10 dentro do prazo concedido”. Fica Advertido “Antonio Teixeira Bastos” sito a Trav. Cândida 01 – Fonseca – Niterói RJ; pelo Auto de Infração Nº 2197 Datado 01/07/11 pelo fato “de abandonar o imóvel levando ao acúmulo de entulhos, materiais colecionadores de agua, vegetação alta telhado danificado, o que favorece a presença e a proliferação de animais e insetos nocivos a Saúde Publica”.

FUNDAÇÃO DE ARTE DE NITERÓI - FAN

5º Edital de Convocação

O Presidente da Fundação de Arte de Niterói – FAN, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento a determinação judicial processo nº 0052859-70.2009.8.19.0002 CONVOCA, os candidatos aprovados e classificados para o cargo de Conservador de Obra de Arte, **Ana Lúcia Capabianco Gutierrez**, inscrição nº 42086254, e **Larissa Long**, inscrição nº 42201067, no I Concurso Público da FAN, homologado e publicado em 01/07/2008 para o cargo de nível superior, na forma da legislação vigente.

NITERÓI-EMPRESA DE LAZER E TURISMO S/A - NELTUR

Ato do Diretor-Presidente

Extrato de Instrumento Contratual

Instrumento: Termo de Convênio e Copatrocínio nº 137/12; **Partes:** Niterói - Empresa de Lazer e Turismo S/A – NELTUR e Praia Clube São Francisco; **Objeto:** Apoio a Federação de Futebol 7 do Estado nos Campeonatos Brasileiro e Carioca; **Valor total:** R\$ 12.000,00 (doze mil reais), pagos à conta do Programa de Trabalho nº 1052.27.813.0017.2033, Código de Despesa nº: 33.90.39.00 e Fonte nº 100; **Prazo:** Início no dia 25 de julho de 2012 e término em 28 de julho de 2012; **Fundamentação Legal:** art. 116, §4º, 5º da Lei Federal nº 8.666/93; **Processo Administrativo nº:** 500/545/2012. **Data da Assinatura:** 27 de julho de 2012.

Extrato de Instrumento Contratual

Instrumento: Termo de Convênio e Copatrocínio nº 143/2012; **Partes:** Niterói - Empresa de Lazer e Turismo S/A – NELTUR e Associação de Moradores do Morro do Ingá; **Objeto:** Apoio a realização de Festa Agostina na comunidade do Morro do Ingá; **Valor total:** R\$ 1.000,00 (um mil reais), pagos à conta do Programa de Trabalho nº 1052.27.813.0017.2033, Código de Despesa nº: 33.90.39.00 e Fonte nº 100; **Prazo:** Início no dia 10 de agosto de 2012 e término em 12 de agosto de 2012; **Fundamentação Legal:** art. 116, §4º, 5º da Lei Federal nº 8.666/93; **Processo Administrativo nº:** 500/663/2012 **Data da Assinatura:** 10 de agosto de 2012.

EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO – EMUSA

Atos do Presidente

Homologação

Homologo O Resultado Do Procedimento Licitatório, Na modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº. 021/2012**, que visa a execução das obras de “**REFORMA DO ANEXO DO MUSEU JANETE COSTA DE ARTE POPULAR**”, neste Município de Niterói, adjudicando os serviços a empresa **CAEL SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ: 73.433.559/0001–89**, pelo valor global de **R\$ 3.544.096,16**, nas condições de entrega dos serviços e pagamentos, conforme Edital. Proc. nº. **510/3362/2012**.

3º AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 26/2012

OBJETO: Demolição e reconstrução de edificações na Rua Benjamin Constant, no bairro Barreto, no Município de Niterói. **DATA, HORA E LOCAL:** Dia 04 (quatro) de setembro de 2012 às 16:00 (dezesseis) horas, na sede da EMUSA, situada na Rua Visconde de Sepetiba nº 987 - 11º andar - Centro - Niterói - R.J. **CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:** Estar inscrita no cadastro da Prefeitura Municipal de Niterói, suas Autarquias, Fundações ou qualquer de seus órgãos da Administração Indireta, ou, preencher todas as condições para cadastramento, até o terceiro dia anterior ao recebimento da proposta. **EDITAL E INFORMAÇÕES:** O Edital e minuta contratual poderão, a critério da EMUSA, ser visualizados nos sites: www.niteroi.rj.gov.br e www.imprensa.niteroi.rj.gov.br. O Edital completo só poderá ser adquirido na sede da EMUSA, sob o pagamento de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), no endereço supracitado. Maiores esclarecimentos sobre a obra poderão ser prestados pela Diretoria de Operações da EMUSA e pelo Presidente da CPL. Niterói, 15 de agosto de 2012. José Carlos da Rocha Luiz – Diretor Administrativo da EMUSA.

AVISO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2012

OBJETO: Fornecimento de Aparelhos para Ginástica. **LOCAL:** Dia 30 de agosto de 2012, às 11:00 horas, na sede da EMUSA, situada na Rua Visconde de Sepetiba, nº 987 – 11º andar – Centro – Niterói – R.J. **CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:** Poderão participar desta licitação as empresas cujo ramo de atividade esteja compatível com o objeto deste Pregão. **EDITAL E INFORMAÇÕES:** O Edital completo poderá ser adquirido gratuitamente através dos sites: www.niteroi.rj.gov.br ou www.imprensa.niteroi.rj.gov.br, e maiores esclarecimentos através do setor DMCB no telefone 21- 2717-1905.